

Livro 353.E

Fls. 67

Lucinda

ALTERAÇÃO INTEGRAL DE ESTATUTOS

No dia **vinte e nove de Fevereiro de dois mil e doze**, em Oeiras, na Alameda Bonifácio Lázaro Lozano, nº. 3, Piso 2 – A, no Cartório Notarial da Lic. **Lucinda do Rosário Bernardo Martins Gravata**, perante mim, respectiva **Notária**, compareceram como outorgantes: _____

CARLOS FERNANDO DOS SANTOS ANDRÉ, casado, segundo declara, natural da freguesia de Paço de Arcos, concelho de Oeiras, residente na Rua Alfredo Lopes Vilaverde, número 14, 2º direito, Paço de Arcos, Oeiras, titular do cartão de cidadão com o número de identificação civil 04843293 válido até 26/03/2015, emitido pela República Portuguesa, e **MANUEL NOÉ DA SILVA**, casado, natural da freguesia e concelho de Porto Santo, residente na Rua Adriano José da Silva, 8, 3º direito, Paço de Arcos, Oeiras, titular do bilhete de identidade número 2188702 de 13/03/2003, emitido em Lisboa pelos SIC, que _____

Outorgam na qualidade de **membros da Direcção**, da qual o primeiro é **Presidente**, em nome e representação da associação denominada “**ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE PAÇO DE ARCOS**”, com sede na Avenida Senhor Jesus dos Navegantes, freguesia de Paço de Arcos, concelho de Oeiras, matriculada com o número único de matrícula e de pessoa colectiva cinco zero um zero nove dois quatro três nove, qualidade e suficiência de poderes que verifiquei por certidão permanente da Associação, e fotocópias da acta número cento e vinte e quatro da reunião da Assembleia Geral realizada em vinte e seis de Março de dois mil e onze e do auto de tomada de posse dos órgãos sociais de oito de Janeiro de dois mil e dez, documentos que **arquivo**. _____

Verifiquei a identidade dos outorgantes, pela exibição dos referidos

documentos de identificação. _____

**PELOS OUTORGANTES, NA INVOCADA QUALIDADE, FOI
DITO:** _____

Que, a sua representada é uma associação de direito privado e sem fins lucrativos, fundada em mil oitocentos e noventa e três, cujos estatutos foram publicados no Diário da República, III Série, número 258 de 05 de Novembro de 1999, considerada de utilidade pública pelo Ministério do Interior, Direcção Geral de Administração Política e Civil, conforme publicação no Diário do Governo, II Série, número 55, de 9 de Março de 1928; _____

Que, em cumprimento do deliberado por unanimidade na referida reunião da Assembleia Geral da sua representada, realizada em vinte e seis de Março de dois mil e onze, devidamente convocada e considerada em condições de validamente deliberar, pela presente escritura alteram totalmente os respectivos estatutos, incluindo a denominação e objecto, passando a associação a usar a denominação de **“ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE PAÇO DE ARCOS”** e a reger-se pelos estatutos constantes do documento complementar elaborado nos termos do número dois do artigo sessenta e quatro do Código do Notariado, que faz parte integrante desta escritura e **que arquivo**, cujo conteúdo os outorgantes declaram conhecer perfeitamente, pelo que dispensam a sua leitura. _____

EXIBIRAM:- “Print” do certificado de admissibilidade com o código 8422-2755-8111, aprovado em 14 de Fevereiro de 2012. _____

ADVERTI os outorgantes de que o registo deste acto é obrigatório e tem de ser requerido no prazo de dois meses a contar de hoje. _____

Esta escritura foi lida e o seu conteúdo explicado aos outorgantes.

Livro	353 E
Fls.	68
<i>[Signature]</i>	

· Carlos Fernando dos Santos Andre
Manuel Vol da Silva

A notária,
Lucinda do Rosário Bernardo *[Signature]*
Cuenta registada sob o n.º PB0763/2012/*[Signature]*

Documento complementar elaborado nos termos do número dois do artigo sessenta e quatro do Código do Notariado, que integra a escritura outorgada em vinte e nove de Fevereiro de dois mil e doze, lavrada a folhas 67, do livro de notas 353 -E, do Cartório Notarial, em Oeiras, da Licenciada Lucinda do Rosário Bernardo Martins Gravata. _____

***ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE
BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE PAÇO DE ARCOS***

CAPÍTULO I

DENOMINAÇÃO, NATUREZA, SEDE E FINS

ARTIGO 1º

(DENOMINAÇÃO, NATUREZA JURÍDICA E SEDE)

1. A Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Paço de Arcos, é uma pessoa colectiva de utilidade pública administrativa, com personalidade jurídica e sem fins lucrativos. _____

2. A Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Paço de Arcos, doravante aqui também designada por Associação, fundada em 30 de Outubro de 1893, tem a sua sede na Avenida Senhor Jesus dos Navegantes, Freguesia de Paço de Arcos, Concelho de Oeiras. _____

ARTIGO 2º

(ÂMBITO E DURAÇÃO)

A Associação tem âmbito Local, abrangendo as áreas equivalentes às das Freguesias de Paço de Arcos e Caxias e Concelho. É por natureza e tradição apartidária e não confessional e durará por tempo indeterminado, só podendo dissolver-se nos termos e pela forma previstas nestes Estatutos e na Lei. _____

ARTIGO 3º

(FINS)

1. A Associação tem como escopo principal a protecção de pessoas e bens, designadamente o socorro a feridos, doentes ou náufragos e a extinção de incêndios, detendo e mantendo em actividade, para o efeito, um corpo de bombeiros, voluntários ou misto, com observância do definido no Regime Jurídico dos Corpos de Bombeiros e demais legislação aplicável. _____

2. Com estrita observância do seu fim não lucrativo e sem prejuízo do seu escopo principal, a Associação pode desenvolver outras actividades, individualmente ou em associação, com outras pessoas singulares ou colectivas, desde que permitidas por deliberação da Assembleia Geral, nomeadamente: _____

a) Prestação de cuidados de saúde, actividades desportivas, culturais e recreativas, conducentes a uma melhor preparação física e intelectual dos seus Associados; _____

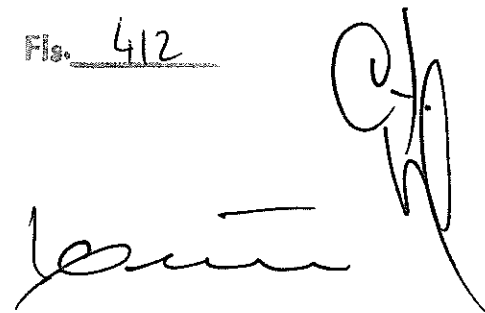
b) Actividades de carácter social de apoio e protecção à infância, à juventude, à deficiência e aos idosos ou em qualquer situação de carência que justifique uma actuação pró humanitária. _____

3. Pode ainda desenvolver outras actividades, a título gratuito ou remunerado, com ou sem fins lucrativos, nomeadamente a prestação de serviços, comerciais ou industriais, individualmente, ou através de parceria, associação ou por qualquer outra forma legalmente prevista, desde que permitidas por deliberação da Assembleia Geral e os lucros dessas actividades revertam para os seus fins estatutários. _____

ARTIGO 4.º

(Património Social)

A Associação tem um Capital indeterminado e um número ilimitado de



Associados que concorrem para o património social, através do pagamento de uma quota mensal, de valor mínimo a fixar pela Assembleia Geral através de Proposta apresentada pela Direcção. _____

ARTIGO 5º

(ATRIBUIÇÕES)

Constituem atribuições normais da Associação: _____

a) Deter e manter em actividade um Corpo de Bombeiros, voluntários ou misto, com observância do definido no Regime Jurídico dos Corpos de Bombeiros; _____

b) Exercer os direitos e as funções que lhe sejam atribuídas por lei; _____

c) Manter e fomentar o relacionamento institucional com os demais agentes de protecção civil, mormente associações humanitárias e corpos de bombeiros, a nível local, regional e nacional e com corpos de bombeiros estrangeiros e respectivas entidades detentoras; _____

d) Manter e fomentar o relacionamento institucional com as organizações representativas das associações humanitárias de bombeiros, designadamente, a nível distrital com a Federação de Bombeiros do Distrito de Lisboa e a nível nacional com a Confederação Nacional - Liga dos Bombeiros Portugueses; _____

e) Manter e fomentar o relacionamento com os organismos oficiais locais, regionais e nacionais em especial com os de tutela do sector da protecção civil e dos bombeiros; _____

f) Representar os seus Associados em todas as situações de interesse geral; _____

g) Estabelecer relações e acordos com outras entidades, públicas ou privadas, nacionais, estrangeiras ou internacionais e assegurar o seu fiel cumprimento; _____

h) Pronunciar-se sobre projectos de natureza legislativa e normativa que versem sobre questões dos sectores associativo, da protecção civil e dos bombeiros, em particular, bem como sobre todas as matérias que sejam submetidas à sua apreciação pelas entidades competentes;_____

i) Constituir, promover ou participar, por sua iniciativa ou em colaboração com outras entidades, parcerias, sociedades, grupos de trabalho, comissões especializadas, ou integrar comissões, ou órgãos consultivos, de outras entidades, locais, regionais ou nacionais, bem como promover, designadamente, a realização de encontros, conferências, viagens de estudo, concursos e outras acções tendentes a dignificar, valorizar e divulgar a Associação bem como a fomentar a formação, preparação, treino e intervenção dos bombeiros;_____

j) Promover o alargamento de acções, visando o benefício dos associados e de quantos participam das suas actividades específicas;_____

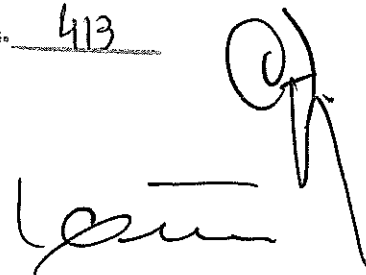
k) Promover a organização de iniciativas baseadas no princípio da cooperação, tendentes a obter a autonomia económica e financeira da Associação;_____

l) Desenvolver, com estrita observância do seu fim não lucrativo e sem prejuízo do seu escopo principal, outras actividades, a título gratuito ou remunerado, individualmente ou em associação, parceria ou por qualquer outra forma societária legalmente prevista, com outras pessoas singulares ou colectivas, desde que permitidas por deliberação da Assembleia Geral;_____

m) Decidir os conflitos que sejam submetidos ao Conselho Disciplinar; _____

n) Fomentar o espírito do associativismo e do voluntariado junto da população e das entidades públicas e privadas;_____

o) Disponibilizar aos associados informações atempadas e correctas,



relativamente às matérias que são da sua competência e atribuição; _____

p) Promover a imagem dos bombeiros junto dos meios de comunicação social; _____

q) Cumprir e fazer cumprir a lei e os regulamentos em vigor, no âmbito das suas competências. _____

ARTIGO 6º

(SÍMBOLOS)

1. A Associação adopta três símbolos: _____

a) Emblema - Fénix que, sobre a fogueira, renasce das próprias cinzas, ostentando sobre o peito dois machados cruzados sobrepostos por uma bóia com as inscrições «I. S. N.» e «30-10-1893» e, no centro, um capacete de bombeiro. O conjunto é circundado pela inscrição «Assoc. Humanitária de Bombeiros Voluntários de Paço de Arcos», conforme gravura anexa aos presentes estatutos; _____

b) Estandarte - emblema bordado sobre fundo esquartelado de amarelo e vermelho. Cordões e borlas das mesmas cores. Hastes e lança prateadas, conforme gravura anexa aos presentes estatutos; _____

c) Hino – conforme partitura anexa aos presentes estatutos. _____

2. O Estandarte é o símbolo representativo da Associação e simultaneamente do Corpo de Bombeiros que dela faz parte integrante. _____

3. A Assembleia Geral poderá deliberar a utilização de qualquer outro símbolo que se venha a entender por conveniente e como complemento, para a prossecução dos fins e / ou objectivos da Associação. _____

4. As deliberações relativas à introdução ou alteração dos símbolos existentes terão que ser tomadas por três quartos dos votos dos Associados presentes. _____

CAPÍTULO II
DOS ASSOCIADOS
SECÇÃO I
QUALIDADE, INSCRIÇÃO, ADMISSÃO E CLASSIFICAÇÃO

ARTIGO 7.º

(QUALIDADE DE ASSOCIADO)

1. Podem ser Associados, sob proposta de um sócio no pleno gozo dos seus direitos sociais: _____

a) As pessoas singulares maiores de 18 anos; _____

b) As pessoas colectivas legalmente constituídas. _____

2. Podem ainda ser admitidos como Associados os menores de 18 anos ou incapazes, ficando a admissão, no entanto, condicionada à autorização por quem legalmente exercer o poder de tutela que, como seus representantes, são responsáveis pelo pagamento da quota, cujo valor não será inferior a metade do valor mínimo fixado para os outros sócios efectivos, e ao cumprimento destes estatutos. _____

ARTIGO 8.º

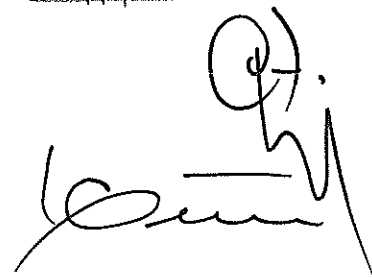
(INSCRIÇÃO)

A inscrição para Associado é feita em impresso próprio, podendo também ser realizada através do modelo existente no sítio da internet da Associação, em modelo aprovado pela Direcção, e assinado pelo candidato ou tratando-se de pessoa colectiva, menor ou incapaz por quem o representar. _____

ARTIGO 9.º

(ADMISSÃO E REJEIÇÃO)

1. A admissão ou rejeição de Associados Efectivos é tomada por deliberação da Direcção. _____



2. A rejeição só poderá ser tomada por manifesta inconveniência para os interesses e prestígio da Associação, devendo ser devidamente fundamentada, registada e comunicada por escrito ao interessado até trinta dias após a recepção da inscrição. _____

3. O candidato a Associado que tenha sido rejeitado, por deliberação maioritária da Direcção, poderá recorrer para o Presidente da Mesa da Assembleia Geral no prazo de dez dias após a recepção da comunicação, cabendo aquele decidir quanto à oportunidade da apreciação do recurso em Assembleia Geral. _____

4. A admissão envolve plena adesão aos estatutos e cumprimento dos demais regulamentos em vigor. _____

ARTIGO 10.º

(CLASSIFICAÇÃO)

1. Os Associados classificam-se em: _____

a) Efectivos _____

b) Beneméritos _____

c) Honorários _____

d) Auxiliares _____

2. São Associados Efectivos as pessoas, singulares ou colectivas, que contribuam para a prossecução dos fins da Associação mediante o pagamento de uma quota segundo valores, periodicidade e lugar de cobrança fixados pelos regulamentos aprovados em Assembleia Geral. _____

3. São Associados Beneméritos as pessoas, singulares ou colectivas, que por serviços prestados ou dádivas importantes à Associação mereçam da Assembleia Geral tal distinção. _____

4. São Associados Honorários as pessoas, singulares ou colectivas, que pelo

seu mérito social ou em recompensa de relevantes serviços prestados à Associação mereçam da Assembleia Geral tal distinção. _____

5. São Associados Auxiliares os elementos do Corpo de Bombeiros e ainda as pessoas que prestem ou tenham prestado serviços efectivos não remunerados à Associação e cujas comprovadas condições económicas não lhes permitam o pagamento da quota. _____

§ A admissão (como Associado Auxiliar) dos elementos do Corpo de Bombeiros é feita por proposta do Comandante e os demais por proposta de qualquer elemento da Direcção. _____

6. As categorias de sócios são acumuláveis, devendo a antiguidade de cada um ser contada sempre a partir da data da primeira admissão ou nomeação. _____

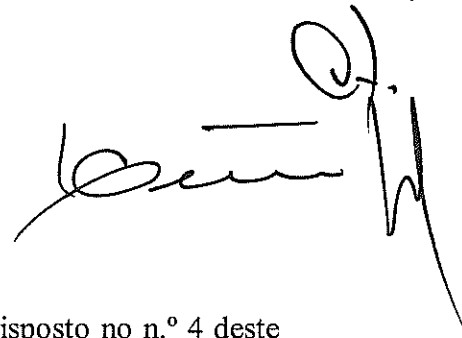
SECÇÃO II

DIREITOS E DEVERES

ARTIGO 11.º

(DIREITOS)

1. Constituem direitos dos Associados efectivos: _____
 - a) Receber os estatutos, o cartão e as quotas no acto de admissão; _____
 - b) Propor a admissão de novos sócios; _____
 - c) Participar nas reuniões da Assembleia Geral e aí propor, discutir e votar os assuntos de interesse para a Associação; _____
 - d) Votar em actos eleitorais desde que no pleno gozo dos seus direitos; _____
 - e) Ser eleito para cargos sociais nos termos do artigo 71.º; _____
 - f) Recorrer para a Assembleia Geral de todas as irregularidades e infracções



aos Estatutos e Regulamentos Internos, com salvaguarda do disposto no n.º 4 deste artigo; _____

g) Requerer a convocação de Assembleias Gerais Extraordinárias nos termos da alínea b) do n.º 3 do artigo 47.º; _____

h) Entrar livremente na Sede ou em quaisquer outras instalações da Associação, salvo tratando-se de zonas de acesso restrito definidas pela Direcção; _____

i) Utilizar todos os serviços que a Associação venha a prestar ou disponibilizar directa ou indirectamente nas condições definidas pelos regulamentos internos bem como participar nas actividades culturais, recreativas e desportivas que sejam abertas à sua participação; _____

j) Examinar livros, relatórios, contas e demais documentos desde que o requeiram por escrito à Direcção, com a antecedência mínima de oito dias úteis e esta verifique existir um interesse pessoal directo e legítimo do Associado; _____

k) Apresentar sugestões de interesse colectivo para uma melhor realização dos fins prosseguidos pela Associação; _____

l) Reclamar perante a Direcção de actos que considere lesivos dos interesses da Associação e dos seus interesses de Associado; _____

m) Requerer, por escrito, certidão de qualquer acta mediante pagamento dos respectivos custos; _____

n) Recorrer para as instâncias superiores, inclusive tribunais, das resoluções dos órgãos sociais sobre matérias contrárias aos estatutos, regulamentos internos e demais legislação aplicável; _____

o) Requerer a suspensão temporária do pagamento de quotas, nas situações comprovadas de desemprego, ausência do domicílio por período superior a um ano e

manifesta debilidade económica. Todos os casos deverão ser devidamente comprovados e aceites pela Direcção que fixará a duração de cada situação. _____

p) Desistir da qualidade de Associado, mediante comunicação escrita à Direcção. _____

2. Para exercer os direitos referidos no número anterior, os Associados Efectivos não podem ter o pagamento das quotas em atraso, por um período superior a seis meses. _____

3. Os Associados Efectivos admitidos há menos de seis meses e os demais associados com quotas em atraso por um período superior a 6 meses, apenas gozam dos direitos consignados nas alíneas a), f), h), i), j) k), l), m) e p) do número 1 bem como do referido na alínea c) do mesmo número, mas sem direito a voto. _____

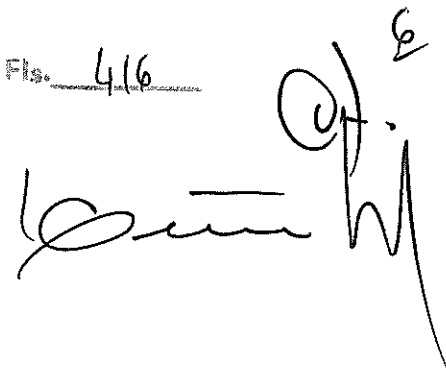
4. Os cônjuges e ainda os descendentes menores e os ascendentes a cargo dos sócios efectivos e auxiliares poderão beneficiar do disposto nas alíneas h), i) e k) deste artigo, com exclusão de quaisquer outras. _____

5. Os sócios auxiliares gozam dos direitos inerentes aos efectivos, com excepção do disposto nas alíneas l), m), o) e p) do número um deste artigo. Quanto à alínea e) apenas poderão ser eleitos os que integrem o quadro honorário ou estejam na situação de inactividade fora do quadro. _____

6. Os Associados que façam parte do Corpo de Bombeiros não poderão discutir em Assembleia Geral assuntos respeitantes à organização e disciplina do Corpo de Bombeiros. _____

7. Os sócios beneméritos e/ou honorários, não incluídos anteriormente na categoria de efectivos ou auxiliares, poderão usufruir dos direitos consignados no número um deste artigo, com excepção dos indicados nas alíneas o) e p). _____

8. Os sócios menores, até atingirem a maioridade, só gozam dos direitos

Handwritten signature and initials in black ink, including a circled 'a)' and a circled 'e'.

referidos nas alíneas a), h), i) e k) do número um deste artigo. _____

ARTIGO 12.º

(DEVERES)

1. São deveres dos Associados Efectivos, detentores de plena capacidade de exercício, além de outros previstos na lei geral: _____

a) Honrar a Associação em todas as circunstâncias e contribuir quanto possível para as suas realizações e o seu prestígio; _____

b) Observar, cumprir e fazer cumprir as disposições legais, estatutárias e regulamentares; _____

c) Acatar as deliberações dos Órgãos Sociais legitimamente tomadas; _____

d) Exercer com dedicação, zelo e eficiência os cargos sociais para que foram eleitos ou nomeados, salvo pedido de escusa por doença ou outro motivo atendível, apresentado ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral e por esta considerado justificado; _____

e) Não cessar a actividade nos cargos sociais sem prévia participação fundamentada e por escrito ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral; _____

f) Zelar pelos interesses da Associação, comunicando por escrito à Direcção quaisquer irregularidades de que tenham conhecimento; _____

g) Indemnizar a Associação de quaisquer prejuízos causados, nas instalações e / ou outros bens, por incúria ou omissão na actuação; _____

h) Pagar pontualmente a quota fixada e, de uma só vez, quando exigidos, a jóia de inscrição e demais encargos de admissão; _____

i) Comparecer às Assembleias Gerais ou em quaisquer outras reuniões para que for convocado, propondo tudo o que considere vantajoso para o desenvolvimento e prestígio da Associação, e expressamente nas que tenha requerido

a sua convocatória; _____

j) Comunicar por escrito à Direcção o local de cobrança das quotas e qualquer situação que altere os seus elementos de identificação, designadamente a mudança de residência; _____

k) Tratar com respeito e urbanidade a Associação, as suas Insignias, Órgãos Sociais, respectivos Titulares, Comando, Bombeiros, Colaboradores da Associação e todos com quem, na qualidade de Associado, se relacione; _____

l) Provar a sua identidade e qualidade de sócio sempre que lhe seja solicitado por agente da Associação; _____

m) Formalizar por escrito o seu pedido de demissão quando não deseje manter a qualidade de associado; _____

2. Os demais Associados estão dispensados dos deveres das alíneas d), e), h), j) e m). _____

SECÇÃO III

SANÇÕES E RECOMPENSAS

SUBSECÇÃO I

INFRACÇÕES DISCIPLINARES E SANÇÕES

ARTIGO 13º

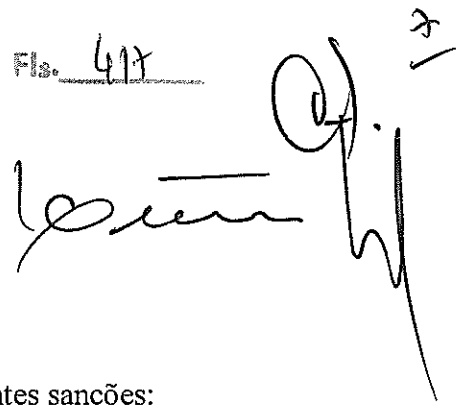
(INFRACÇÃO DISCIPLINAR)

Constitui infracção disciplinar, punível com as sanções estabelecidas nos artigos seguintes, a violação, pelo Associado, dos deveres consignados no artigo 12.º. _____

ARTIGO 14º

(SANÇÕES DISCIPLINARES)

Os Associados que incorrerem em responsabilidade disciplinar ficam

Handwritten signature and initials in the top right corner of the page.

sujeitos, consoante a natureza e gravidade da infracção, às seguintes sanções: _____

- a) Advertência verbal; _____
- b) Advertência por escrito; _____
- c) Suspensão até doze meses; _____
- d) Expulsão. _____

ARTIGO 15.º

(COMPETÊNCIA DISCIPLINAR)

1. A aplicação das sanções previstas nas alíneas a), b), e c) do artigo anterior é da exclusiva competência da Direcção. _____

2. A pena de expulsão é da competência da Assembleia Geral, sob proposta desta, da Direcção ou do Conselho Fiscal. _____

3. Das sanções aplicadas pela Direcção nas alíneas a) e b) do artigo anterior, cabe recurso para a Assembleia Geral, a interpor no prazo de trinta dias a contar da respectiva notificação, que deverá ser apreciado e decidido na primeira Assembleia que se verificar após os trinta dias imediatos à sua interposição. _____

4. Os sócios Auxiliares, membros do Corpo de Bombeiros, ficarão sujeitos ao regime disciplinar do Regulamento do Corpo de Bombeiros. _____

ARTIGO 16.º

(ADVERTÊNCIA)

1. A Advertência Verbal é aplicável a faltas leves na violação de disposições Estatutárias e Regulamentares, por negligência na acção ou por omissão, sem ofensa gravosa para a Associação. _____

2. A Advertência por Escrito é aplicada por faltas relevantes, designadamente no caso de violação de disposições Estatutárias e Regulamentares, por negligência de acção ou omissão mesmo sem consequências patrimoniais graves

e/ou onerosas para a Associação. _____

ARTIGO 17.º

(SUSPENSÃO)

1. A pena de suspensão até doze meses é aplicável nos casos de: _____

a) Violação dos Estatutos e Regulamentos com consequências graves para a Associação; _____

b) Reincidência do sócio em faltas por que haja sido advertido verbalmente ou por escrito; _____

c) Escusa injustificada a tomar posse de qualquer cargo nos Órgãos Sociais da Associação, para que tenha sido eleito ou nomeado, depois de a tal ter dado a sua aceitação por termo de candidatura; _____

d) Desobediência às deliberações tomadas pelos Órgãos Sociais e, em geral, aos casos em que, podendo ter lugar a expulsão, o sócio beneficie de circunstâncias atenuantes especiais. _____

2. A suspensão implica, por igual período de tempo, a perda do gozo dos direitos consignados no artigo 11.º, mas não desobriga do dever da alínea h) do Artigo 12º - do pagamento da quota. _____

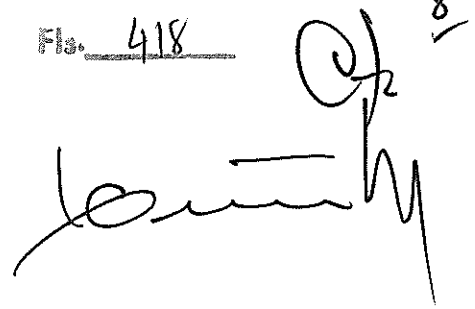
ARTIGO 18.º

(EXPULSÃO)

1. A expulsão implica a eliminação da qualidade de Associado e será aplicável, em geral, quando a infracção seja de tal modo grave que torne impossível o vínculo Associativo. _____

2. Ficam sujeitos, à aplicação da pena de expulsão, nomeadamente, os Associados que: _____

a) Defraudarem dolosamente a Associação e/ou injuriarem o seu património



histórico e /ou os seus Associados e/ou os seus Símbolos; _____

b) Agressão, injúria e desrespeito grave a qualquer membro dos Órgãos Sociais, respectivos Titulares, à Associação, às suas Insígnias, ao Comando, aos Bombeiros, aos Colaboradores da Associação e a todos com quem, na qualidade de Associado, se relacionem e por motivos relacionados com o exercício do seu cargo. _____

3. Os Associados que sejam punidos com a pena de expulsão não podem ser readmitidos, salvo se forem reabilitados em revisão do processo. _____

ARTIGO 19.º

(PROCESSO DISCIPLINAR)

As decisões de aplicação das penas de suspensão e expulsão serão sempre precedidas da instauração de processo disciplinar, com audiência obrigatória do Associado. _____

ARTIGO 20.º

(RECURSOS)

1. Da decisão que aplique pena de suspensão cabe recurso para a Assembleia Geral a interpor, pelo associado punido, no prazo de trinta dias a contar da notificação da decisão recorrida, devendo sobre o mesmo ser tomada deliberação final, em Assembleia Geral Extraordinária, até sessenta dias úteis após a interposição do recurso. _____

2. Da decisão da Assembleia Geral que aplique a pena de expulsão cabe recurso, nos termos da lei, para o tribunal do foro da Comarca de Oeiras, com exclusão de qualquer outro. _____

ARTIGO 21.º

(CONSEQUÊNCIAS ESPECIAIS)

1. Os Associados que façam parte do Corpo de Bombeiros e que sejam punidos com suspensão, nos termos do Regulamento Disciplinar do Corpo de Bombeiros, ficam impedidos de acesso a todas as instalações da Associação durante o período de suspensão. _____

2. Os Associados que façam parte do Corpo de Bombeiros e que sejam punidos com demissão nos termos do Regulamento Disciplinar do Corpo de Bombeiros, perdem, automaticamente, a qualidade de sócio, por expulsão. _____

SUBSECÇÃO II

RECOMPENSAS

ARTIGO 22.º

(DISTINÇÕES)

Aos Associados, pessoas singulares ou colectivas, Entidades ou Colectividades e elementos do Corpo de Bombeiros que prestarem serviços relevantes à Associação, merecedores de especial reconhecimento, poderão ser atribuídas as seguintes distinções: _____

a) Louvor concedido pela Direcção; _____

b) Louvor concedido pela Assembleia Geral; _____

c) Nomeação como Sócio Benemérito ou Honorário; _____

d) Condecorações de acordo com o Regulamento Interno de distinções honoríficas da Associação, proposto pela Direcção e aprovado em Assembleia Geral. _____

SECÇÃO IV

SUSPENÇÃO, PERDA DA QUALIDADE DE ASSOCIADO E READMISSÃO

ARTIGO 23.º

(SUSPENÇÃO DA QUALIDADE DE ASSOCIADO)

9
①
[Handwritten signature]

1. Os Associados Efectivos podem, por razões ponderosas devidamente fundamentadas, solicitar, por escrito à Direcção, a suspensão da sua qualidade de Associado, por um período máximo de um ano, podendo ser renovada caso subsistam os motivos e seja novamente requerida. _____

2. Do indeferimento caberá recurso para o Presidente da Mesa da Assembleia Geral. _____

ARTIGO 24.º

(PERDA DA QUALIDADE DE ASSOCIADO)

1. Perdem a qualidade de Associados: _____

a) Os que tiverem sido punidos com a pena de expulsão, nos termos do artigo 18.º, ou demitidos nos termos do Regulamento do Corpo de Bombeiros; _____

b) Os que pedirem a exoneração; _____

c) Os que não pagarem as quotas correspondentes a doze meses consecutivos e se não satisfizerem o débito no prazo de trinta dias, a contar da notificação para regularização da situação; _____

d) Os falecidos. _____

2. A perda da qualidade de Associado pelos motivos referidos na alínea a), do número anterior, é da competência da Assembleia Geral. _____

3. A perda da qualidade de Associado pelos motivos referidos nas alíneas b), c) e d), do número anterior, é da competência da Direcção. _____

4. O Sócio que por qualquer forma perder esta qualidade deverá obrigatoriamente devolver o documento de identificação e não terá direito a reaver as quotas que haja pago, sem prejuízo da sua responsabilidade por toda a actuação em que foi membro da Associação. _____

5. Na eventualidade de um colateral, ascendente ou descendente de Associado falecido, pretender pagar qualquer quota em seu nome, a cobrança só poderá ser feita a título de donativo, como homenagem à memória do extinto, até que haja manifestação da intenção de continuidade como Associado Efectivo, por parte de um herdeiro directo. _____

ARTIGO 25º

(READMISSÃO DE ASSOCIADOS)

1. Podem ser readmitidos, sem prejuízo da parte final do nº 3 do artigo 18º, os associados que tiverem sido: _____

a) Exonerados a seu pedido; _____

b) Eliminados por falta de pagamento das quotas; _____

2. A readmissão só se efectivará a pedido do interessado. _____

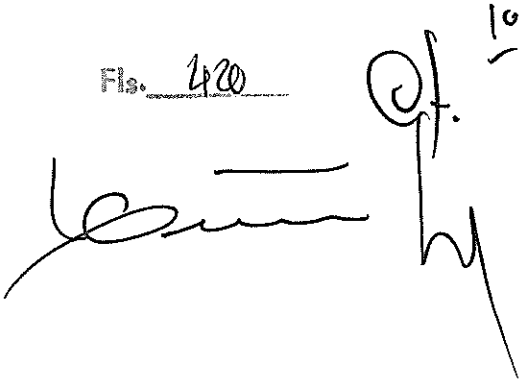
3. Quando o motivo da perda de qualidade de Associado tenha sido a falta de pagamento de quotas é condição, para a readmissão, o pagamento das quotizações correspondentes ao período compreendido entre a decisão de eliminação e a readmissão, podendo a Direcção permitir que, neste caso, os encargos sejam satisfeitos, a requerimento do interessado, em prestações mensais, até ao máximo de doze. _____

4. Os sócios penalizados com a sanção de expulsão não poderão ser readmitidos, salvo decisão judicial favorável transitada em julgado ou reabilitação em revisão do processo, fundamentando-se este em factos novos ou outros que não tenham podido ser anteriormente ponderados e avaliados convenientemente. _____

CAPÍTULO III

DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

SECÇÃO I



PRINCÍPIOS GERAIS

ARTIGO 26º

(ÓRGÃOS SOCIAIS)

1. São Órgãos Sociais da Associação; _____
 - a) Assembleia Geral; _____
 - b) Direcção; _____
 - c) Conselho Fiscal; _____

2. A Mesa da Assembleia Geral, a Direcção e o Conselho Fiscal, são constituídos respectivamente por um número ímpar de titulares, de entre os Associados Efectivos ou Auxiliares nos termos do nº 5 do artigo 11º, dos quais um será o Presidente. _____

ARTIGO 27º

(ELECTIVIDADE DOS CARGOS)

Os titulares da Mesa da Assembleia Geral, da Direcção e do Conselho Fiscal são eleitos em Assembleia Geral Eleitoral Ordinária. _____

ARTIGO 28º

(DURAÇÃO DO MANDATO DOS ELEITOS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS)

A duração do mandato dos eleitos para os Órgãos Sociais é de três anos, até 31 de Dezembro do terceiro ano seguinte ao da sua eleição, sem prejuízo de destituição, nos termos da lei, podendo ser reeleitos mais dois mandatos. _____

ARTIGO 29.º

(EXCLUSIVIDADE E IMPEDIMENTOS)

1. Aos titulares dos órgãos sociais não é permitido o desempenho simultâneo de mais de um cargo na Associação bem como não é permitido o desempenho de cargos em órgãos sociais de outras associações humanitárias de

bombeiros. _____

2. Os Presidentes da Mesa da Assembleia Geral, da Direcção e do Conselho Fiscal, estão impedidos de exercer quaisquer funções no quadro de comando e no quadro activo do respectivo corpo de bombeiros. _____

ARTIGO 30.º

(INELEGIBILIDADE E INCAPACIDADES)

1. Não podem ser reeleitos ou novamente designados membros dos Órgãos Sociais os Associados que, mediante processo disciplinar ou judicial, tenham sido declarados responsáveis por irregularidades cometidas no exercício dessas funções ou removidos dos cargos que desempenhavam. _____

2. O disposto no número anterior é extensível à reeleição ou nova designação para órgãos sociais da mesma ou de outra associação humanitária de bombeiros. _____

3. Os titulares dos Órgãos Sociais não podem votar em assuntos que directamente lhes digam respeito, ou nos quais sejam interessados os respectivos cônjuges, ascendentes, descendentes e afins. _____

4. É vedado à Associação contratar directa ou indirectamente com os titulares dos Órgãos Sociais, seus cônjuges, ascendentes, descendentes e afins ou com sociedades em que qualquer destes tenha interesses. _____

ARTIGO 31.º

(POSSE)

a) A posse será conferida pelo Presidente cessante da Mesa da Assembleia Geral, ou pelo seu substituto, em sessão pública anunciada para o efeito no prazo máximo de trinta dias a contar da data da promulgação dos resultados do acto eleitoral. _____

[Handwritten signature and initials]

b) Enquanto não se verificar a posse dos membros eleitos para os órgãos sociais, os membros cessantes manter-se-ão em funções com meros poderes de gestão. _____

c) Se o Presidente cessante da Mesa da Assembleia Geral ou o seu substituto não conferir a posse no prazo estabelecido, os membros dos órgãos sociais eleitos entrarão em exercício, salvo se houver impugnação judicial do acto eleitoral. _____

ARTIGO 32.º

(ENTREGA DE VALORES E DOCUMENTOS)

É obrigação legal dos órgãos sociais cessantes fazer a entrega de todos os valores, documentos, inventários e arquivos da Associação aos órgãos eleitos para novo mandato e até ao acto da posse destes. _____

ARTIGO 33.º

(RESPONSABILIDADE DOS TITULARES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS)

1. Os titulares dos Órgãos Sociais não podem abster-se de votar nas reuniões a que estiverem presentes e são responsáveis, civil e criminalmente, pelas faltas ou irregularidades cometidas no exercício do mandato. _____

2. Os titulares dos Órgãos Sociais ficam exonerados de responsabilidade se: _____

a) Não tiverem tomado parte na respectiva deliberação e a reprovarem com declaração na acta da sessão imediata em que se encontrem presentes; _____

b) Tiverem votado contra essa deliberação e o fizerem consignar na acta respectiva. _____

3. A aprovação dada pela Assembleia Geral ao relatório e contas de gerência da Direcção e ao parecer do Conselho Fiscal iliba os membros destes Órgãos Sociais

da responsabilidade para com a Associação, salvo provando-se omissões por má fé ou falsas indicações. _____

ARTIGO 34º

(REPRESENTAÇÃO)

1. A representação da Associação, em juízo ou fora dele, cabe à Direcção ou a quem ela designar, sem prejuízo do disposto no número seguinte. _____

2. Perante as entidades públicas administrativas a quem compete a fiscalização, inspecção e controlo da utilização de fundos públicos, responde, em nome da Associação, a Direcção. _____

ARTIGO 35º

(DELIBERAÇÕES E ACTAS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS)

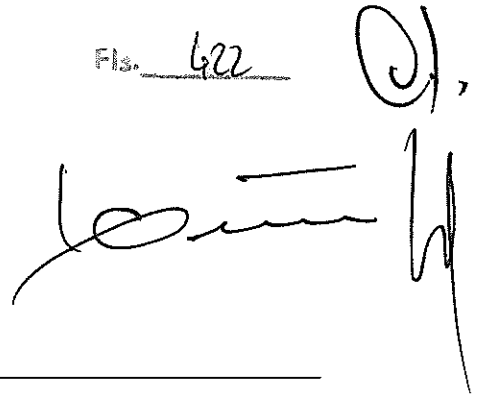
1. Os órgãos de administração e fiscalização só podem deliberar com a presença da maioria dos seus titulares. _____

2. As deliberações dos órgãos de administração e fiscalização, salvo diferente disposição legal, são tomadas por maioria dos titulares presentes, tendo o Presidente voto de qualidade em caso de empate na votação. _____

3. As deliberações da Assembleia Geral, para as quais os presentes estatutos ou a lei não exijam maioria qualificada, serão tomadas por maioria simples dos votos dos Associados presentes. _____

4. As deliberações respeitantes a eleições de Órgãos Sociais e a assuntos de incidência pessoal dos seus titulares são realizadas por escrutínio secreto. _____

5. São sempre lavradas actas das reuniões de qualquer Órgão Social da Associação, as quais são obrigatoriamente assinadas por todos os membros presentes ou, quando respeitem a reuniões da Assembleia Geral, pelos membros da respectiva



Mesa. _____

ARTIGO 36.º

(CONDIÇÕES DE EXERCÍCIO DOS CARGOS)

1. O exercício de qualquer cargo nos Órgãos Sociais da Associação é gratuito, mas pode justificar o pagamento de despesas dele derivadas. _____
2. Quando o volume do movimento financeiro ou a complexidade da administração da Associação exija a presença prolongada de um ou mais titulares do órgão de administração podem estes ser remunerados, sendo a remuneração determinada pela Assembleia Geral. _____

ARTIGO 37.º

(FORMA DE OBRIGAR)

1. Para obrigar a Associação são necessárias e bastantes as assinaturas de dois membros efectivos da Direcção, uma das quais será a do Presidente, na sua falta ou impedimento, a do Vice-Presidente e a outra do Tesoureiro, na sua falta ou impedimento, a do Tesoureiro Adjunto. _____
2. Nas operações financeiras são obrigatórias as assinaturas conjuntas do Presidente da Direcção e a do Tesoureiro. _____
3. Os actos de mero expediente administrativo poderão ser assinados por qualquer membro da Direcção. _____

ARTIGO 38.º

(RENÚNCIA AO MANDATO)

1. Os membros dos Órgãos Sociais da Associação podem renunciar ao mandato devendo para o efeito comunicá-lo por escrito e de imediato ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral. _____
2. Compete ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, em consequência

da renúncia, declarar a vacatura do lugar, dando de imediato conhecimento ao Presidente do respectivo Órgão. _____

ARTIGO 39.º

(CAUSAS PARA A PERDA DE MANDATO)

São causas para a perda de mandato dos elementos dos Órgãos Sociais: _____

a) A perda da qualidade de Associado; _____

b) A destituição do cargo pela Assembleia Geral; _____

c) A condenação, transitada em julgado, por crime praticado e classificado como grave ou muito grave; _____

d) A não comparência injustificada às reuniões do respectivo Órgão Social a que pertença, por 3 vezes consecutivas ou 6 alternadas. _____

ARTIGO 40.º


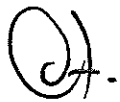

(SUBSTITUIÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS)

1. No caso de falta, impedimento ou vacatura de lugar de Presidente de qualquer órgão, o mesmo será preenchido pelo Vice-Presidente. _____

2. No caso de vacatura do cargo de qualquer outro membro dos Órgãos Sociais, incluindo o do Vice-Presidente que assuma a Presidência, competirá ao respectivo Órgão Social chamar o primeiro suplente pela ordem constante da lista eleita, e deliberar sobre o preenchimento desse lugar vago. _____

3. No caso de se esgotar o número de suplentes para o preenchimento das vagas, e o Órgão ficar sem quórum deliberativo, proceder-se-á a nova eleição para esse Órgão. _____

4. Em qualquer das circunstâncias indicadas nos números 2 e 3 deste artigo, os membros designados para preencher os cargos apenas completam o mandato. _____

 13
Fis. 423 


SECÇÃO II
ASSEMBLEIA GERAL
SUBSECÇÃO I
ESTATUTO E COMPOSIÇÃO
ARTIGO 41.º
(ESTATUTO E COMPOSIÇÃO)

1. A Assembleia Geral é constituída por todos os Associados no pleno gozo dos seus direitos e, nela, reside o poder deliberativo da Associação. _____

2. Consideram-se Associados no pleno gozo dos seus direitos os que cumpram as condições estipuladas nos artigos 11º e 12º e não estejam abrangidos pelo disposto nos artigos 17º e 18º, dos presentes Estatutos. _____

ARTIGO 42º
(MESA DA ASSEMBLEIA GERAL)

1. A Assembleia Geral é dirigida pela respectiva Mesa, que se compõe de um Presidente, um Vice-Presidente, um Secretário, um Secretário Adjunto e um Vogal. _____

2. Haverá ainda dois Suplentes. _____

3. Na falta ou impedimento do Presidente e do Vice-Presidente cabe à Assembleia Geral designar de entre os Associados presentes quem presidirá à Mesa, sob proposta apresentada pelos restantes componentes da Mesa da Assembleia Geral.

4. Na falta ou impedimento do Secretário, do Secretário Adjunto ou do Vogal o Presidente da Mesa designará de entre os Associados presentes quem deve secretariar a reunião. _____

5. No caso de vacatura de lugar o mesmo será preenchido tendo em conta o disposto no artigo 40.º. _____

SUBSECÇÃO II
COMPETÊNCIAS

ARTIGO 43º

(COMPETÊNCIA DA ASSEMBLEIA GERAL)

1. Compete à Assembleia Geral deliberar sobre todas as matérias não compreendidas nas atribuições e competências legais ou estatutárias dos outros Órgãos Sociais. _____

2. São, necessariamente, da competência da Assembleia Geral: _____

a) Definir as linhas fundamentais de actuação da Assembleia Geral; _____

b) Acompanhar a actuação dos demais Órgãos Sociais e zelar pelo cumprimento da Lei bem como dos Estatutos e Regulamentos da Associação; _____

c) Apreciar e votar as propostas de alteração aos Estatutos; _____

d) Apreciar e votar os Regulamentos bem como as alterações que lhe sejam propostas; _____

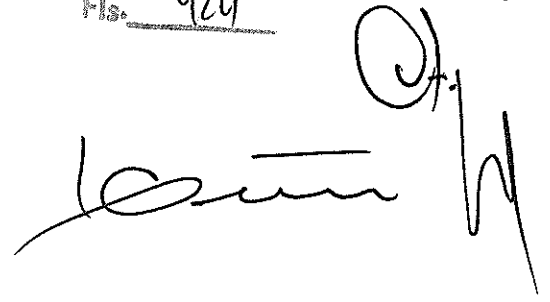
e) Deliberar sobre a extinção da Associação bem como eleger a Comissão Liquidatária e destino dos bens. _____

f) Eleger e destituir, por votação secreta os membros dos Órgãos Sociais; _____

g) Apreciar e votar o Relatório e Contas de gerência do ano anterior bem como o parecer do Conselho Fiscal; _____

h) Apreciar e votar o Plano de Actividades e Orçamento para o ano seguinte, bem como o parecer do Conselho Fiscal e ainda os orçamentos suplementares propostos pela Direcção; _____

i) Apreciar e deliberar sobre todos os requerimentos, propostas e recursos que lhe sejam apresentados pelos membros dos Órgãos Sociais ou Associados, de



acordo com os Estatutos e Regulamentos; _____

j) Fixar, sob proposta da Direcção, os valores mínimos da jóia e quota dos Associados bem como a periodicidade e forma de pagamento; _____

k) Deliberar, sob proposta da Direcção, a nomeação de Associados Beneméritos e Honorários; _____

l) Atribuir Sanções, Louvores e Condecorações nos termos dos Estatutos e Regulamentos aprovados em Assembleia Geral; _____

m) Autorizar o Presidente da Direcção da Associação a demandar judicialmente os membros dos Órgãos Sociais e demais Associados por actos lesivos praticados no exercício de funções; _____

n) Autorizar a Direcção a contrair ou fazer empréstimos e aquisições, desde que excedam os actos de administração ordinária, após parecer do Conselho Fiscal; _____

o) Autorizar a Direcção a arrendar ou alienar imóveis da Associação bem como participações ou outras que a Associação detenha. _____

ARTIGO 44º

(COMPETÊNCIA DO PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL)

Compete ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral: _____

a) Convocar e dirigir os trabalhos da Assembleia Geral e demais reuniões por si convocadas, nomeadamente as reuniões conjuntas dos Órgãos Sociais e do Conselho Disciplinar; _____

b) Assinar os termos de abertura e encerramento e rubricar os livros de actas da Assembleia Geral; _____

c) Dar posse aos membros eleitos dos Órgãos Sociais; _____

d) Receber e submeter à Assembleia Geral, nos prazos legais, os

requerimentos e recursos cuja decisão seja competência desta; _____

e) Fixar o limite de tempo e o número de intervenções permitidas a cada associado, na discussão de cada assunto, exceptuando-se os representantes dos Órgãos Sociais, na Sessão da Assembleia em que a intervenção ocorrer; _____

f) Presidir e tramitar todo o processo eleitoral dos Órgãos Sociais, de acordo com a lei e os presentes Estatutos, nomeadamente, verificar a ilegitimidade dos candidatos bem como a regularidade das listas concorrentes; _____

g) Integrar o Conselho Disciplinar; _____

h) Exercer as demais competências que lhe sejam conferidas pela lei, estatutos ou deliberações da Assembleia Geral; _____

i) Participar, sempre que o entenda por conveniente, nas reuniões dos demais Órgãos Sociais mas sem direito a voto. _____

ARTIGO 45º

(COMPETÊNCIA DO VICE-PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL)

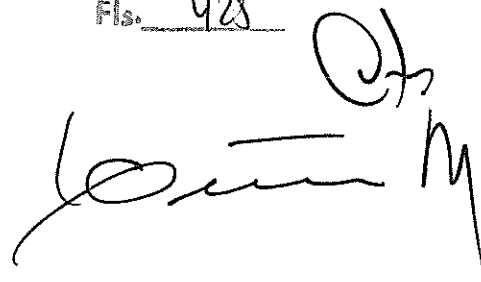
Compete ao Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral coadjuvar o Presidente da Mesa no exercício das suas funções e substituí-lo nas suas faltas ou impedimentos. _____

ARTIGO 46º

(COMPETÊNCIA DO SECRETÁRIO, DO SECRETÁRIO ADJUNTO E DO VOGAL DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL)

1. Compete ao Secretário e ao Secretário Adjunto da Mesa da Assembleia-Geral: _____

a) Lavrar as actas e emitir as certidões respectivas no prazo de quinze dias a contar da data em que foram requeridas; _____



- b) Preparar e tramitar todo o expediente da Mesa; _____
- c) Fazer o registo dos Associados presentes nas sessões da Assembleia Geral e dos que durante a sessão pedirem para intervir, pela respectiva ordem; _____
- d) Escrutinar no acto eleitoral; _____
- e) Praticar todos os demais actos e funções decorrentes da lei, estatutos e regulamentos. _____

2. Compete ao Vogal da Mesa da Assembleia Geral o desempenho das funções de apoio e coadjuvação que lhe sejam atribuídas pela Mesa da Assembleia Geral. _____

SUBSECÇÃO III

FUNCIONAMENTO

ARTIGO 47º

(REUNIÕES)

- 1. As reuniões da Assembleia Geral são Ordinárias e Extraordinárias.
- 2. A Assembleia Geral reunirá Ordinariamente: _____
 - a) No final de cada mandato, no mês de Dezembro, para a eleição dos Órgãos Sociais; _____
 - b) Até ao final do mês de Dezembro de cada ano, por solicitação da Direcção, para aprovar o Plano e Orçamento para o ano seguinte; _____
 - c) Até trinta e um de Março de cada ano, por solicitação da Direcção, para a discussão e aprovação do Relatório e Contas de Gerência do ano anterior e do Parecer do Conselho Fiscal, devendo estes documentos estarem patentes, para consulta dos Associados, nos oito dias anteriores à realização da Assembleia Geral. _____
- 3. A Assembleia Geral reunirá Extraordinariamente: _____

- a) A solicitação da Direcção ou do Conselho Fiscal; _____
- b) A requerimento fundamentado e subscrito por um mínimo de cinquenta Associados no pleno gozo dos seus direitos sociais; _____
- c) A requerimento fundamentado de qualquer Associado, caso a Direcção não solicite a convocação da Assembleia Geral, nos casos em que deve solicitá-lo; _____

4. A Reunião da Assembleia Geral que seja convocada ao abrigo da alínea b) do número anterior só poderá efectuar-se se estiverem presentes, pelo menos, três quartos dos requerentes. _____

5. Quando a Reunião prevista no número anterior não se realizar por falta do número mínimo de Associados requerentes, ficam, os que faltarem, inibidos, pelo prazo de dois anos, de requerer a Reunião Extraordinária da Assembleia Geral sendo obrigados a pagar as despesas decorrentes da convocação, salvo se justificarem a falta por motivos de força maior atendível. _____

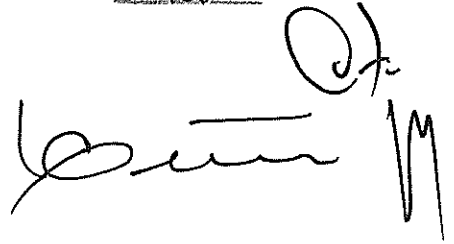
ARTIGO 48º

(FORMA DE CONVOCAÇÃO)

1. A Assembleia Geral é convocada, pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, através de Edital / Convocatória afixada na sede social e outros locais julgados de interesse para o efeito e publicado ainda no sítio da internet da Associação e num dos jornais locais, com o mínimo de dez dias de antecedência, indicando-se no mesmo aviso o dia, hora, local da reunião e a respectiva ordem de trabalhos. _____

2. A comparência de todos os Associados sanciona quaisquer irregularidades da convocação, desde que nenhum deles se oponha à realização da Assembleia Geral. _____

ARTIGO 49º



(FUNCIONAMENTO)

1. A Assembleia Geral não pode deliberar, em primeira convocação, sem a presença de, pelo menos, metade dos Associados, podendo deliberar trinta minutos depois da hora inicial, em segunda convocatória, com qualquer número de presenças, desde que não inferior a sete Associados e expressamente determinado na Convocatória. _____

2. As deliberações da Assembleia Geral são tomadas em observância com o disposto no nº 3 do artigo 35º. _____

ARTIGO 50º

(REPRESENTAÇÃO DOS ASSOCIADOS)

1. É admitida a representação do Associado, no pleno gozo dos seus direitos, mediante carta do próprio, com letra e assinatura reconhecidas notarialmente, dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral. _____

2. A delegação de poderes só pode ser feita noutro Associado, também no pleno gozo dos seus direitos estatutários. _____

3. Não poderá ser delegada mais que uma representação em cada Associado. _____

ARTIGO 51º

(PRIVAÇÃO DO DIREITO DE VOTO)

O Associado não pode votar, por si ou como representante de outrem, nas matérias em que haja conflito de interesses entre a Associação e o próprio, ou o representado, seus cônjuges, ascendentes ou descendentes. _____

ARTIGO 52º

(DELIBERAÇÕES ANULÁVEIS)

1. São anuláveis as deliberações contrárias à lei e aos estatutos, seja pelo seu

objectivo, seja por irregularidades havidas na convocação dos Associados ou no funcionamento da Assembleia. _____

2. São ainda anuláveis as deliberações: _____

a) Tomadas sobre matéria estranha à ordem de trabalhos, salvo se, todos os Associados que compareçam à Reunião, concordem maioritariamente com o aditamento à ordem de trabalhos; _____

b) Tomadas com infracção do disposto no artigo anterior destes estatutos se o voto do Associado impedido for essencial à existência da maioria necessária. _____

ARTIGO 53º

(ACTAS)

De todas as reuniões da Assembleia Geral serão lavradas actas, em livro próprio onde constarão o número de Associados presentes e as discussões e deliberações tomadas, as quais serão assinadas por todos os membros da Mesa presentes. _____

SECÇÃO III

ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

SUBSECÇÃO I

PRINCÍPIOS GERAIS

ARTIGO 54.º

(FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO)

1. Os órgãos de administração e fiscalização são convocados pelos respectivos Presidentes e as respectivas deliberações tomadas em observância com o disposto nos n.º 1 e 2 do artigo 35.º destes estatutos. _____

2. A falta de quórum deliberativo por impossibilidade de preenchimento de

[Handwritten signature and initials]

lugares vagos em qualquer órgão, implica a convocação extraordinária de eleições para esse mesmo órgão. _____

SUBSECÇÃO II

DA DIRECÇÃO

ARTIGO 55.º

(COMPOSIÇÃO)

1. A Direcção é composta por sete membros efectivos, sendo um Presidente, um Vice-Presidente, um Secretário, um Secretário Adjunto, um Tesoureiro, um Tesoureiro Adjunto e um Vogal. _____

2. Haverá dois Suplentes que se tornarão efectivos à medida que se derem as vagas e pela ordem que tiverem sido eleitos. _____

ARTIGO 56.º

(COMPETÊNCIAS DA DIRECÇÃO)

1. A Direcção é o Órgão de Administração da Associação. _____

2. Compete à Direcção gerir a Associação e representá-la, incumbindo-lhe, designadamente: _____

a) Garantir a prossecução do fim social; _____

b) Garantir a efectivação dos direitos dos Associados; _____

c) Elaborar anualmente e submeter a Parecer do Conselho Fiscal o Relatório e Contas de gerência, bem como o Plano de Actividades e Orçamento para o ano seguinte; _____

d) Remeter à Mesa da Assembleia Geral para aprovação, o Plano de Actividades e Orçamento para o ano seguinte bem como o Relatório e Contas de Gerência do ano anterior, acompanhados do Parecer do Conselho Fiscal; _____

e) Assegurar a organização e o funcionamento dos serviços, bem como a

escrituração dos livros, nos termos da lei; _____

f) Contratar e gerir o pessoal dos quadros da Associação fixando os respectivos horários de trabalho e vencimentos; _____

g) Representar a Associação em juízo e fora dele; _____

h) Solicitar ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, a convocação das Assembleias para aprovação do Relatório e Contas de Gerência e ainda do Plano de Actividades e Orçamento, sem prejuízo das demais convocatórias daquele órgão nas circunstâncias fixadas nos presentes estatutos; _____

i) Aprovar ou indeferir as propostas de admissão de Associados; _____

j) Propor à Assembleia Geral a nomeação, fundamentada, de Associados Beneméritos e Honorários bem como propor a atribuição de louvores da competência deste órgão social; _____

k) Propor à Assembleia Geral a reforma ou alteração dos estatutos; _____

l) Fixar ou modificar a estrutura dos serviços da Associação, elaborando os respectivos Regulamentos; _____

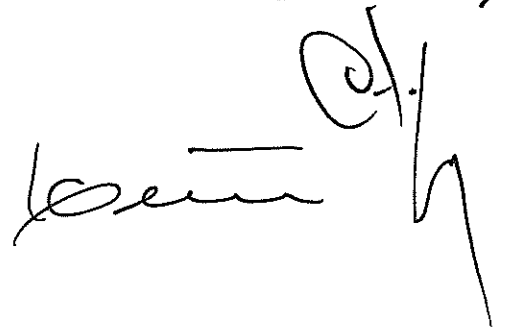
m) Fornecer ao Conselho Fiscal os elementos que lhe forem solicitados para o cumprimento das suas atribuições; _____

n) Manter sob a sua guarda e responsabilidade os bens e valores da Associação; _____

o) Elaborar e manter actualizado o inventário do património da Associação; _____

p) Ordenar a instauração de processos disciplinares aos Associados e aplicar sanções nos termos dos presentes estatutos, em matéria da sua competência; _____

q) Submeter à apreciação e votação da Assembleia Geral os assuntos que,

Handwritten signature and initials in black ink, located in the top right corner of the page.

pela sua importância, exijam deliberação daquele órgão; _____

r) Propor à Assembleia Geral a alteração do valor de jóia e de quota mínima; _____

s) Fixar as taxas eventualmente devidas pela utilização dos serviços da Associação, por terceiras pessoas; _____

t) Aceitar heranças e donativos, nos termos da lei; _____

u) Celebrar contratos de desenvolvimento em áreas específicas, no âmbito da prevenção e reacção a acidentes e designadamente quanto à criação e o funcionamento de equipas de intervenção permanente, ou outras, legal ou protocolarmente previstas; _____

v) Nomear comissões ou grupos de trabalho que entenda convenientes para uma melhor prossecução dos objectivos estatutários; _____

w) Deliberar sobre a aquisição onerosa, alienação a qualquer título e o arrendamento ou cedência a qualquer título, de bens móveis, ainda que sujeitos a registo, pertencentes à Associação e respectivo processo de concurso público ou hasta pública, ou dispensa dos mesmos, em razão do procedimento julgado mais conveniente, fundamentado em acta, sendo que, em qualquer caso, os preços e valores aceites não podem ser inferiores aos que vigorarem no mercado; _____

x) Exercer todas as demais funções que lhe sejam atribuídas por lei, pelos presentes estatutos e regulamentos e praticar todos os actos necessários à defesa dos interesses da Associação; _____

y) Elaborar regulamentos internos sobre matérias da sua competência e zelar pelo cumprimento da lei, dos estatutos, dos regulamentos internos e das deliberações dos Órgãos da Associação; _____

z) Nomear os elementos do Comando e remeter à Autoridade Nacional de

Protecção Civil, para homologação; _____

aa) Atribuir distinções honoríficas de acordo com os Regulamentos Internos; _____

bb) Manter actualizada e apta a ser apresentada aos Órgãos Sociais, relação dos sócios no pleno gozo dos seus direitos; _____

cc) Promover eventos desportivos, culturais e recreativos, bem como iniciativas no âmbito dos cuidados de saúde e ainda outras actividades, com ou sem fins lucrativos, previstas nos Regulamentos ou autorizadas pela Assembleia Geral; _____

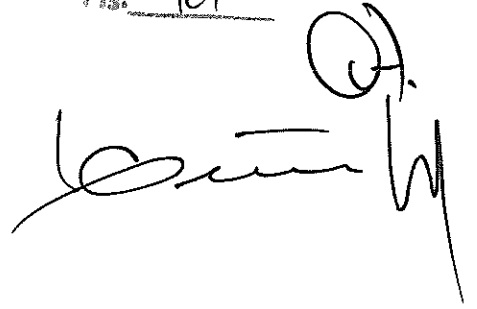
dd) Propor à Assembleia Geral o arrendamento ou alienação de imóveis da Associação. _____

3. Compete à Direcção reunir extraordinariamente, sempre que se justifique, com o Comando do Corpo de Bombeiros para tratar de assuntos de âmbito interno e operacional, sem prejuízo das reuniões de Direcção. _____

4. A Direcção pode delegar em profissionais qualificados ao serviço da Associação, ou em mandatários, alguns dos seus poderes, nos termos previstos nos estatutos ou aprovados pela Assembleia Geral, bem como revogar os respectivos mandatos, podendo ainda, em alternativa, delegar poderes de gestão executiva, numa comissão executiva, composta por três elementos, sendo presidida pelo Presidente ou, na sua ausência ou impedimento, pelo Vice-Presidente, e ainda por outro titular efectivo da Direcção, podendo o terceiro elemento ser um funcionário do quadro do pessoal da Associação. _____

5. A Direcção pode solicitar parecer, não vinculativo, sobre qualquer matéria da sua competência, em qualquer momento, ao Conselho Consultivo. _____

ARTIGO 57º



(COMPETÊNCIAS DO PRESIDENTE)

Compete ao Presidente da Direcção: _____

- a) Superintender na Administração da Associação e orientar e fiscalizar os respectivos serviços; _____
- b) Representar a Associação em juízo e fora dele; _____
- c) Convocar e presidir às reuniões da Direcção e do Conselho Consultivo; _____
- d) Promover o cumprimento das deliberações da Assembleia Geral, do Conselho Fiscal, da Direcção e do Conselho Disciplinar; _____
- e) Assinar os termos de abertura e encerramento e rubricar o livro das actas da Direcção; _____
- f) Integrar o Conselho Disciplinar; _____
- g) Exercer todas as demais funções que lhe sejam atribuídas pela Lei, pelos Estatutos e Regulamentos, bem como as que lhe forem expressamente delegadas pela Direcção, desde que sejam legalmente delegáveis. _____

ARTIGO 58º

(COMPETÊNCIAS DO VICE-PRESIDENTE)

Compete ao Vice-Presidente substituir o Presidente nas suas faltas ou impedimentos e colaborar com a Direcção e com o Presidente no exercício das respectivas competências, designadamente: _____

- a) Na elaboração de resumo das actividades o qual constituirá elemento para o Relatório da Direcção a apresentar em Assembleia Geral; _____
- b) Na elaboração das propostas dos Orçamentos da Associação, submetendo-os à apreciação da Direcção; _____
- c) Na observância dos preceitos orçamentais e na aplicação das respectivas

dotações; _____

d) No cumprimento dos serviços de contabilidade e expediente mantendo-os sempre organizados e actualizados; _____

e) No cumprimento das disposições legais em relação aos trabalhadores; _____

f) No zelo pela conservação do património da Associação que lhe está afecto. _____

ARTIGO 59º

(COMPETÊNCIAS DO SECRETÁRIO E SECRETÁRIO ADJUNTO)

1. Compete ao Secretário: _____

a) Organizar e orientar todo o serviço de secretaria; _____

b) Preparar a agenda de trabalho para as reuniões da Direcção, de acordo com as orientações do Presidente ou de quem o substitua; _____

c) Lavrar as actas no respectivo livro mantendo-o sempre em dia; _____

d) Prover todo o expediente da Associação; _____

e) Passar, no prazo de quinze dias, as certidões das actas solicitadas pelos Associados; _____

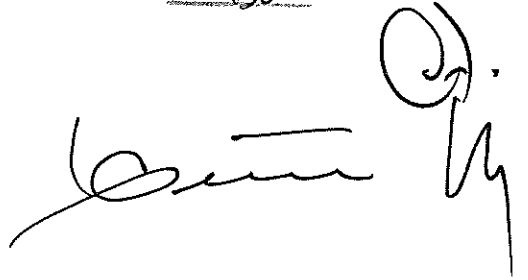
f) Elaborar anualmente o Relatório de Actividades da Gerência, com referência a 31 de Dezembro, a apresentar à Assembleia Geral. _____

2. Ao Secretário Adjunto, compete: _____

a) Coadjuvar o Secretário no exercício das suas funções e substituí-lo nas suas faltas ou impedimentos; _____

b) Executar outras tarefas que lhe forem delegadas em Reunião de Direcção. _____

ARTIGO 60º



(COMPETÊNCIAS DO TESOUREIRO E TESOUREIRO ADJUNTO)

1. Compete ao Tesoureiro: _____
 - a) A arrecadação de receitas; _____
 - b) A satisfação das despesas autorizadas; _____
 - c) Assinar, todos os documentos em que legal e estatutariamente a sua assinatura seja obrigatória, designadamente nas operações financeiras conjuntamente com o Presidente da Direcção, ou, na sua falta ou impedimento, com o Vice - Presidente; _____
 - d) Emitir as autorizações de pagamento e as guias de receita, arquivando todos os documentos de despesa e receita; _____
 - e) Depositar em qualquer instituição de crédito, à ordem da Associação, as disponibilidades financeiras; _____
 - f) A orientação e controlo da escrituração de todos os livros de receita e despesas, velando pela segurança de todos os haveres e conferindo o cofre pelo menos uma vez por mês; _____
 - g) A apresentação à Direcção do balancete em que se discriminem as receitas e as despesas do mês anterior, bem como a prestação de contas, sempre que a Direcção o entenda; _____
 - h) A elaboração anual de um Orçamento em que se discriminem as receitas e despesas previstas para o exercício do ano seguinte; _____
 - i) Efectuar o necessário provimento de fundos para que, nas datas estabelecidas a Associação, possa solver os seus compromissos; _____
 - j) A actualização do inventário do património associativo; _____
 - k) Elaborar anualmente as Contas de Gerência, com referência a 31 de Dezembro a apresentar à Assembleia Geral; _____

1) Em geral, prestar todos os esclarecimentos sobre assuntos de contabilidade e tesouraria. _____

2. Compete ao Tesoureiro Adjunto: _____

a) Coadjuvar o Tesoureiro no exercício das suas funções e substituí-lo nas suas faltas ou impedimentos; _____

b) Executar outras tarefas que lhe forem delegadas em Reunião de Direcção. _____

ARTIGO 61º

(COMPETÊNCIAS DO VOGAL E SUPLENTES DA DIRECÇÃO)

1. Ao Vogal compete coadjuvar os restantes elementos do elenco directivo e desempenhar as missões que lhe forem atribuídas em Reunião de Direcção. _____

2. Os Suplentes podem participar nas Reuniões de Direcção, sem direito a voto, competindo-lhes colaborar com a Direcção no exercício das funções de gestão da Associação. _____

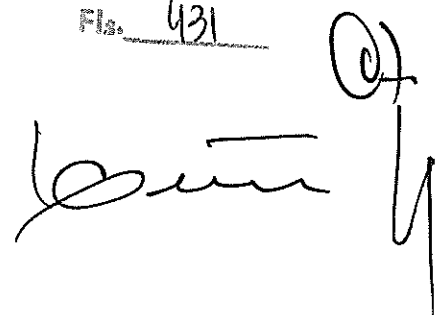
ARTIGO 62º

(FUNCIONAMENTO)

1. A Direcção reunirá sempre que for julgado conveniente, sob convocação do Presidente, por iniciativa deste ou da maioria dos seus membros ou a pedido do Conselho Fiscal, da Assembleia Geral ou do Comando, mas, obrigatoriamente, uma vez por mês. _____

2. As deliberações serão tomadas, tendo em conta o disposto nos números 1 e 2 do artigo 35º e número um do artigo 54º, cabendo ao Presidente, voto de qualidade em caso de empate. _____

3. O Comandante do Corpo de Bombeiros, ou o seu substituto legal, bem como os Presidentes, ou os seus substitutos legais, dos restantes Órgãos Sociais



poderão assistir às Reuniões de Direcção e tomar parte na discussão dos assuntos tratados, mas sem direito a voto. _____

4. Das reuniões da Direcção serão lavradas actas em livro próprio, que deverão ser assinadas pelos presentes. _____

**SUBSECÇÃO III
DO CONSELHO FISCAL**

**ARTIGO 63º
(COMPOSIÇÃO)**

1. O Conselho Fiscal é constituído por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário Relator. _____

2. Haverá simultaneamente dois suplentes, que se tornarão efectivos à medida que se derem vagas e pela ordem em que tiverem sido eleitos, podendo, até então e sem prejuízo disso, assistirem às reuniões do Conselho Fiscal e tomarem parte na discussão dos assuntos, mas sem direito a voto. _____

ARTIGO 64.º

(COMPETÊNCIAS DO CONSELHO FISCAL)

1. O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização da Associação. _____

2. Ao Conselho Fiscal compete zelar pelo cumprimento da lei e dos estatutos, incumbindo-lhe, designadamente: _____

a) Exercer a fiscalização sobre a escrituração e documentos da instituição, sempre que o julgue conveniente; _____

b) Assistir ou fazer-se representar por um dos seus titulares às reuniões do órgão de administração, sempre que o julgue conveniente; _____

c) Dar parecer sobre o Relatório, Contas, Plano de Actividades e Orçamento e sobre todos os assuntos que o órgão de administração submeta à sua

apreciação; _____

d) Solicitar a convocação da Assembleia Geral sempre que o julgar conveniente; _____

e) Solicitar à Direcção reuniões extraordinárias para discussão conjunta de assuntos cuja importância o justifique; _____

f) Emitir parecer aos outros Órgãos Sociais sobre quaisquer assuntos para que seja consultado, designadamente sobre a aquisição onerosa e alienação de imóveis, reforma ou alteração dos Estatutos e dissolução da Associação; _____

g) Exercer todas as outras competências que lhe sejam atribuídas pelos estatutos e regulamentos. _____

ARTIGO 65.º

(COMPETÊNCIAS DO PRESIDENTE)

Compete ao Presidente do Conselho Fiscal: _____

a) Convocar e presidir às Reuniões do Conselho Fiscal; _____

b) Assinar os termos de abertura e enceramento e rubricar o respectivo livro de actas; _____

c) Integrar o Conselho Disciplinar; _____

d) Representar o Conselho Fiscal na Assembleia Geral; _____

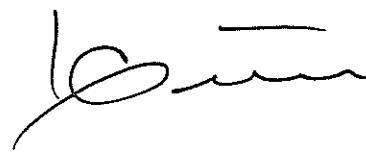
e) Exercer todas as demais funções que lhe sejam atribuídas pela lei, pelos Estatutos e Regulamentos. _____

ARTIGO 66.º

(COMPETÊNCIA DO VICE-PRESIDENTE)

Compete ao Vice-Presidente do Conselho Fiscal coadjuvar o Presidente nas funções que a este pertencem e substituí-lo na sua ausência ou impedimento. _____

ARTIGO 67.º



(COMPETÊNCIA DO SECRETÁRIO RELATOR)

Compete ao Secretário Relator: _____

- a) Preparar a agenda de trabalhos para as reuniões do Conselho Fiscal; _____
- b) Prover todo o expediente; _____
- c) Lavrar as actas no respectivo livro; _____
- d) Emitir, no prazo de quinze dias, certidões das actas pedidas pelos Associados; _____
- e) Relatar os Pareceres do Conselho Fiscal sobre os assuntos que lhe forem submetidos. _____

ARTIGO 68.º

(FUNCIONAMENTO)

1. O Conselho Fiscal reúne, ordinariamente, uma vez em cada trimestre, podendo reunir também extraordinariamente para apreciação de assuntos de carácter urgente, por convocação do Presidente, por iniciativa da maioria dos seus membros ou, ainda, a pedido da Direcção ou da Assembleia Geral. _____
2. As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria simples de votos dos presentes, cabendo ao presidente o voto de qualidade em caso de empate. _
3. Os assuntos, decisões e deliberações constarão de livro próprio de actas, as quais serão assinadas pelos presentes. _____

ARTIGO 69.º

(VINCULAÇÃO COM ACTOS DA DIRECÇÃO)

O Conselho Fiscal é solidariamente responsável, com a Direcção, pelos actos sobre os quais tenha emitido parecer favorável ou quando, tendo tido conhecimento de qualquer irregularidade, não lavre o seu protesto ou não faça a

devida comunicação à Mesa da Assembleia Geral. _____

CAPÍTULO IV

DAS ELEIÇÕES

ARTIGO 70.º

(PROCESSO ELEITORAL)

1. No ano em que terminar o mandato dos titulares dos Órgãos Sociais, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral em exercício, anunciará até 31 de Outubro, através de edital, a abertura do processo eleitoral e manda preparar os cadernos eleitorais que deverão estar concluídos até ao dia 30 de Novembro. _____

2. A Assembleia Geral eleitoral a realizar no mês de Dezembro desse ano em que terminar o mandato, será convocada pelo Presidente da Mesa em exercício, com a antecedência mínima de dez dias através de edital onde será designado o dia, a hora e o local da sua realização. _____

3. Se por qualquer razão o mandato dos titulares dos Órgãos Sociais terminar antes de cumprido o período normal de duração, serão realizadas eleições intercalares, parciais ou gerais, cabendo à Assembleia Geral decidir sobre a forma da eleição. _____

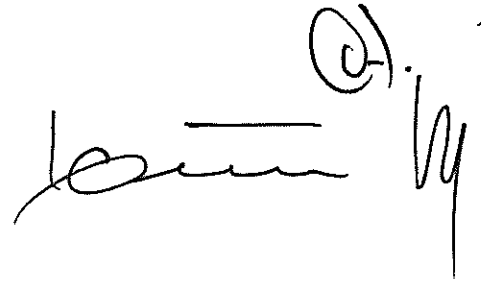
4. Quando não for possível realizar as eleições, em tempo oportuno e Estatutário, os Corpos Gerentes cessantes, mantêm-se em exercício até à Tomada de Posse dos novos Órgãos Sociais. _____

ARTIGO 71.º

(ELEGIBILIDADE)

1. São elegíveis os Associados que satisfaçam, cumulativamente os seguintes requisitos: _____

a) Estejam no pleno gozo dos seus direitos sociais, de acordo com o

Handwritten signature and initials in black ink, including a circled 'A' and a vertical line.

estabelecido no Artigo 11º dos presentes Estatutos, à data da apresentação das candidaturas; _____

b) Sejam maiores de dezoito anos ou emancipados; _____

c) Não façam parte dos Órgãos Sociais de outras Associações congéneres; _____

d) Não tenham sido destituídos dos Órgãos Sociais da Associação por irregularidades cometidas no exercício das suas funções; _____

e) Não sejam trabalhadores remunerados da Associação; _____

f) Não tenham qualquer impedimento ou motivo de inelegibilidade nos termos da lei e dos presentes Estatutos. _____

ARTIGO 72.º

(FORMALIZAÇÃO DE CANDIDATURAS)

1. As candidaturas às eleições são feitas segundo o sistema de lista completa para a Mesa da Assembleia Geral, Direcção e Conselho Fiscal, compostas por Associados no pleno gozo dos seus direitos sociais, nas quais se especificarão a identificação completa dos candidatos, respectivo número de Associado bem como a indicação do órgão e cargo para que são propostos, incluindo os suplentes. _____

2. As listas concorrentes aos órgãos sociais, a submeter a sufrágio, deverão ser apresentadas ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, na Sede da Associação, até ao dia quinze do mês anterior ao da realização da Assembleia Geral eleitoral. _____

3. A Direcção pode propor uma lista às eleições. _____

4. As listas de candidatura aos Órgãos Sociais deverão incluir um número de candidatos efectivos igual ao número de membros do respectivo órgão acrescido dos suplentes, não podendo qualquer Associado subscrever nem integrar mais que uma lista, nem integrar mais que um órgão da Associação. _____

5. As listas são nominais devendo completar candidatos para todos os órgãos sendo estes votados conjuntamente. _____

6. As listas a submeter à eleição, deverão ser acompanhadas da declaração dos candidatos, onde expressamente manifestam a sua aceitação, e subscritas por um número mínimo de vinte e cinco Associados no pleno gozo dos seus direitos. _____

ARTIGO 73.º

(APRECIAÇÃO DAS CANDIDATURAS)

1. O Presidente da Mesa da Assembleia Geral, recepciona as listas candidatas e no prazo de cinco dias verifica da sua conformidade tendo em conta as disposições estatutárias. _____

2. As listas que não estejam de acordo com as disposições estatutárias serão rejeitadas e comunicada a decisão ao seu mandatário, que poderá corrigir ou rectificar até ao último dia do prazo de apresentação de listas ou recorrer da decisão para a Assembleia Geral no prazo de cinco dias após o conhecimento da decisão. _____

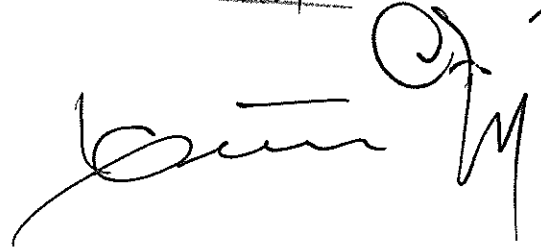
3. A Assembleia Geral Extraordinária convocada pelo Presidente da Mesa para apreciação e decisão do recurso, reunirá no prazo máximo de dez dias. _____

4. As listas admitidas à eleição serão referenciadas de acordo com a ordem de apresentação por letras maiúsculas (ex. A, B, C, etc.) e mandadas afixar no edifício Sede da Associação e demais instalações. _____

ARTIGO 74.º

(BOLETIM DE VOTO)

1. A cada eleitor é fornecido um boletim de voto elaborado em papel liso e não transparente, contendo impressas as letras maiúsculas atribuídas às listas concorrentes ao sufrágio e um quadrado à frente de cada uma dessas letras. _____



2. O voto é expresso através da inscrição de uma cruz no interior do quadrado correspondente à lista em que o associado eleitor pretende votar. _____

3. O eleitor entregará ao Presidente da Mesa o boletim de voto dobrado em quatro partes, após o que o mesmo será arrecadado na urna. _____

4. Os boletins que contenham emendas, rasuras ou inscrições serão considerados nulos e os boletins em branco serão considerados abstenção. _____

ARTIGO 75.º

(FORMA DE VOTAÇÃO)

1. A eleição dos Órgãos Sociais é feita através de votação secreta tendo cada Associado direito a um voto. _____

2. É permitido o voto por procuração, com reconhecimento notarial da letra e assinatura, mas cada Associado não poderá representar mais do que um outro Associado. _____

3. Não é admitido o voto por correspondência. _____

4. A Mesa de Voto, quando única, funcionará na Sede da Associação, ou noutro local expresso na Convocatória, por um período não inferior a quatro horas, sendo presidida pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral e cada lista poderá fazer-se representar junto da Mesa por um Delegado devidamente credenciado pelo respectivo mandatário ou pelo candidato a Presidente da Direcção, validado antecipadamente pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral. _____

5. Em caso justificável, poderá haver mais do que uma Mesa de Voto. Na sede, a Mesa de Voto será constituída pela Mesa da Assembleia Geral, e nos demais locais, por Mesas nomeadas pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral. _____

6. As secundárias Mesas de Voto, quando justificável, serão constituídas por Associados que estejam em pleno gozo das suas regalias, escolhidos pelo Presidente

da Mesa da Assembleia Geral. _____

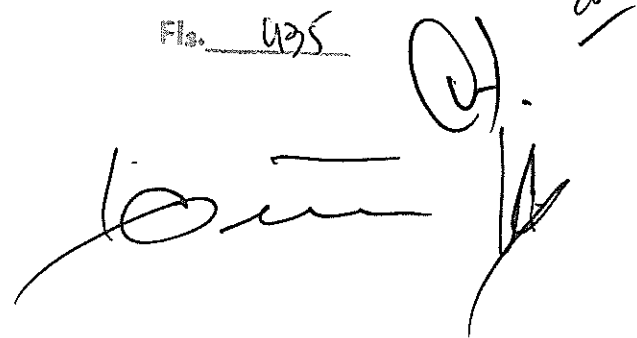
7. O escrutínio far-se-á na mesma Assembleia Geral, imediatamente após a conclusão da votação, considerando-se proclamados eleitos os elementos da lista mais votada. _____

CAPÍTULO V
DA GESTÃO FINANCEIRA

ARTIGO 76.º
(DAS RECEITAS)

São receitas da Associação: _____

- a) O produto da jóia e das quotas dos associados efectivos; _____
- b) As participações dos Associados e respectivos familiares pela utilização dos serviços da Associação; _____
- c) As retribuições de quaisquer serviços prestados, a título não gratuito, pela Associação ou pelo Corpo de Bombeiros por ela detido; _____
- d) Os subsídios, participações e financiamentos públicos ou particulares; _____
- e) Donativos, legados e heranças feitos a favor da Associação; _____
- f) Produtos e resultados de sociedades, parcerias ou outras participações devidos à Associação; _____
- g) Os rendimentos de bens próprios; _____
- h) O produto líquido de quaisquer espectáculos, festas ou outras realizações; _____
- i) O produto da venda de bens imóveis ou móveis pertencentes à Associação; _____
- j) O produto de subscrições; _____



k) Quaisquer verbas que lhe sejam atribuídas por lei, contratos ou por protocolos. _____

ARTIGO 77.º

(QUOTIZAÇÃO)

Cada Associado Efectivo, singular ou colectivo, pagará uma quota mensal, segundo valor, periodicidade e modalidade a definir em Assembleia Geral. _____

ARTIGO 78.º

(DAS DESPESAS)

Constituem despesas da Associação as resultantes de: _____

- a) Administração ordinária e extraordinária da Associação e funcionamento dos respectivos serviços; _____
- b) Operacionalidade do Corpo de Bombeiros; _____
- c) Encargos com o pessoal da Associação; _____
- d) Encargos legais; _____
- e) Quaisquer outras resultantes do cumprimento dos fins da Associação e das actividades por ela desenvolvidas, directa ou indirectamente; _____
- f) Manutenção e conservação do património social da Associação. _____

ARTIGO 79.º

(DOS MEIOS FINANCEIROS)

Os meios financeiros na disposição da Associação são obrigatoriamente depositados em conta da Associação aberta em instituições de crédito. _____

CAPÍTULO VI

CONSELHO DISCIPLINAR

ARTIGO 80.º

(ESTATUTO E COMPOSIÇÃO)

1. O Conselho Disciplinar é a instância de recurso hierárquico das decisões, em matéria disciplinar, do Comandante do Corpo de Bombeiros. _____

2. O Conselho Disciplinar é composto pelos Presidentes da Mesa da Assembleia Geral, da Direcção e do Conselho Fiscal. _____

ARTIGO 81.º

(COMPETÊNCIA)

Ao Conselho Disciplinar compete, de acordo com a Lei, com os Estatutos e com os Regulamentos e com base nos princípios do Direito e da Justiça, decidir os recursos hierárquicos das decisões do Comandante do Corpo de Bombeiros. _____

ARTIGO 82.º

(REUNIÕES)

O Conselho Disciplinar reunirá por iniciativa do Presidente da Mesa da Assembleia Geral ou na sua falta ou impedimento, por iniciativa de qualquer um dos seus outros membros, sempre que lhe seja dirigido recurso hierárquico cuja decisão seja da sua competência. _____

ARTIGO 83.º

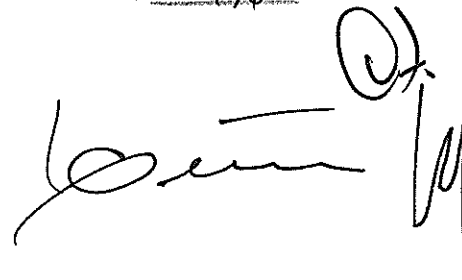
(DECISÕES)

1. As decisões do Conselho Disciplinar são tomadas por maioria dos seus membros. _____

2. Não é permitida a abstenção na votação de matérias da competência do Conselho Disciplinar. _____

3. O Conselho Disciplinar deve proferir decisão sobre os recursos que lhe sejam submetidos no prazo de sessenta dias úteis, após o levantamento dos autos dos mesmos. _____

4. As decisões do Conselho Disciplinar devem ser sempre fundamentadas,



sendo lícito ao membro que vote vencido expressar, resumidamente, as razões da sua discordância. _____

5. As decisões do Conselho Disciplinar constarão de Acórdão, assinado por todos os seus membros, do qual constará o voto de vencido, se o houver. _____

6. O Acórdão será notificado ao recorrido e ao recorrente por protocolo ou por carta registada com aviso de recepção. _____

ARTIGO 84.º

(DEVER DE COLABORAÇÃO E COOPERAÇÃO)

Sobre todos os Associados, Órgãos Sociais, respectivos Titulares e membros do Corpo de Bombeiros, recai um dever especial de colaboração e cooperação com o Conselho Disciplinar sempre que para tanto, por este, sejam notificados. _____

CAPÍTULO VII

CONSELHO CONSULTIVO

ARTIGO 85.º

(ESTATUTO E COMPOSIÇÃO)

1. O Conselho Consultivo é a instância de consulta e apoio à Direcção que emitirá opinião / parecer, não vinculativo, a solicitação desta e sobre qualquer assunto que lhe seja presente, sempre que necessário. _____

2. Dado o carácter consultivo da sua acção, os membros do conselho são inimputáveis, mesmo nos casos em que o seu parecer tenha sido utilizado e provocado eventuais prejuízos à Associação. _____

3. O Conselho Consultivo é constituído, por inerência de desempenho em anteriores cargos, por todos os anteriores Presidentes da Mesa da Assembleia Geral, da Direcção e do Conselho Fiscal desde que não façam parte dos Órgãos Sociais em

funções. _____

4. Exceptuam-se de membros do conselho consultivo, referido no ponto anterior, os que tenham sido destituídos de funções no decurso do seu mandato efectivo. _____

CAPÍTULO VIII

DA REFORMA OU ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS

ARTIGO 86.º

(REFORMA OU ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS)

1. Os presentes Estatutos só poderão ser reformados ou alterados em Reunião Extraordinária da Assembleia Geral convocada extraordinariamente para esse efeito, sob proposta da Direcção ou a requerimento fundamentado de, pelo menos, duzentos Associados no pleno gozo dos seus direitos. _____

2. Uma vez feita a convocatória, as alterações estatutárias propostas deverão ficar patentes aos associados na sede e em quaisquer outras instalações da Associação bem como no sítio da internet, com a antecedência mínima de oito dias úteis em relação à data marcada para a reunião da Assembleia Geral. _____

3. As deliberações sobre alterações dos Estatutos exigem o voto favorável de, pelo menos, três quartos do número de Associados presentes, não podendo no entanto, ser inferior a vinte e cinco associados. _____

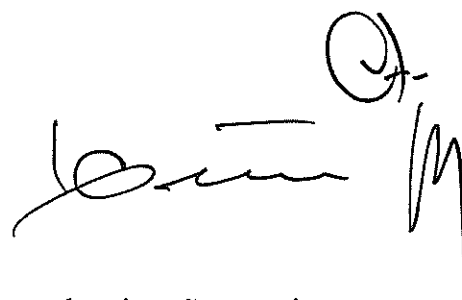
4. O disposto no número anterior não é aplicável caso a exigência de alteração decorra da lei. _____

CAPÍTULO IX

DA EXTINÇÃO

ARTIGO 87.º

(EXTINÇÃO)



1. A Associação extingue-se quando ocorrer alguma das situações previstas no artigo 26.º da Lei n.º 32/2007 ou quando esgotados os seus recursos financeiros normais e encontrando-se em estado de insolvência, os Associados recusem quotizar-se extraordinariamente. _____

2. A Assembleia Geral só pode deliberar sobre a extinção da Associação através de Convocatória expressamente efectuada para esse efeito e aprovada por um número de votos não inferior a três quartos da totalidade dos sócios existentes à data da Assembleia. _____

3. A Convocatória da Assembleia Geral deverá ser feita nos termos previstos nos Estatutos e na Lei e deve ser afixada na Sede e em quaisquer outras instalações da Associação bem como nos locais de estilo e no sítio da internet, com a antecedência mínima de quinze dias úteis em relação à data marcada para a sua realização. _____

ARTIGO 88.º

(DECLARAÇÃO DE EXTINÇÃO)

1. Nos casos previstos na alínea b) do nº 1 do artigo 26º da Lei 32/2007, a extinção só se produz se, nos trinta dias subsequentes à data em que devia operar-se, a Assembleia Geral não decidir a prorrogação da Associação ou a modificação dos seus Estatutos. _____

2. A extinção por declaração de insolvência dá-se em consequência da própria declaração. _____

ARTIGO 89.º

(EFEITOS DA EXTINÇÃO)

1. Extinta a Associação é eleita uma Comissão Liquidatária pela Assembleia Geral ou pela entidade que decretou a extinção. _____

2. Os poderes da Comissão Liquidatária ficam limitados à prática dos actos meramente conservatórios e necessários, quer à liquidação do património social, quer à ultimateção dos negócios pendentes, sendo que, pelos actos restantes e pelos danos que deles advenham, à Associação respondem solidariamente os titulares dos órgãos sociais que os praticarem. _____

3. Pelas obrigações que os titulares dos Órgãos Sociais contraírem a Associação só responde perante terceiros se estes estavam de boa fé e à extinção não tiver sido dada a devida publicidade. _____

ARTIGO 90.º

(DESTINO DOS BENS)

Sem prejuízo do estabelecido no artigo 29º da Lei 32/2007 e do artigo 166º do Código Civil, os bens da Associação extinta revertem para outras Associações com finalidades idênticas por proposta da Comissão Liquidatária e deliberação da Assembleia Geral. _____

CAPÍTULO X

DISPOSIÇÕES FINAIS

ARTIGO 91.º

(LEI APLICÁVEL)

A Associação, no exercício das suas actividades, regular-se-á de harmonia com a legislação aplicável. _____

ARTIGO 92.º

(CORPO DE BOMBEIROS)

O Corpo de Bombeiros criado e detido pela Associação rege-se pelo Regime Jurídico dos Corpos de Bombeiros e pelo Regime Jurídico dos Bombeiros, em vigor à data da publicação e ainda pelo Regulamento Interno do Corpo de

Bombeiros homologado pela Autoridade Nacional de Protecção Civil. _____

ARTIGO 93.º

(DÚVIDAS E CASOS OMISSOS)

As dúvidas e os casos omissos provenientes da interpretação e execução dos presentes Estatutos serão resolvidos em Reunião conjunta dos Órgãos Sociais, solicitada pela Direcção ou pelo Conselho Fiscal ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, o qual, por si só, também poderá promover, se assim o entender, a sua efectivação, de acordo com a lei e os princípios gerais do direito. _____

ARTIGO 94.º

(NORMA TRANSITÓRIA)

1. Os presentes Estatutos entrarão em vigor imediatamente após aprovação em Assembleia Geral e cumprimento das formalidades exigidas por lei. _____

2. Nas matérias relativas aos Órgãos Sociais, designadamente quanto à sua composição, as alterações constantes dos presentes Estatutos só entrarão em vigor no final do mandato em curso à data da sua publicação. _____

Carlos Fernando dos Santos Aguiar
Manuel Aguiar da Silva

A notário,

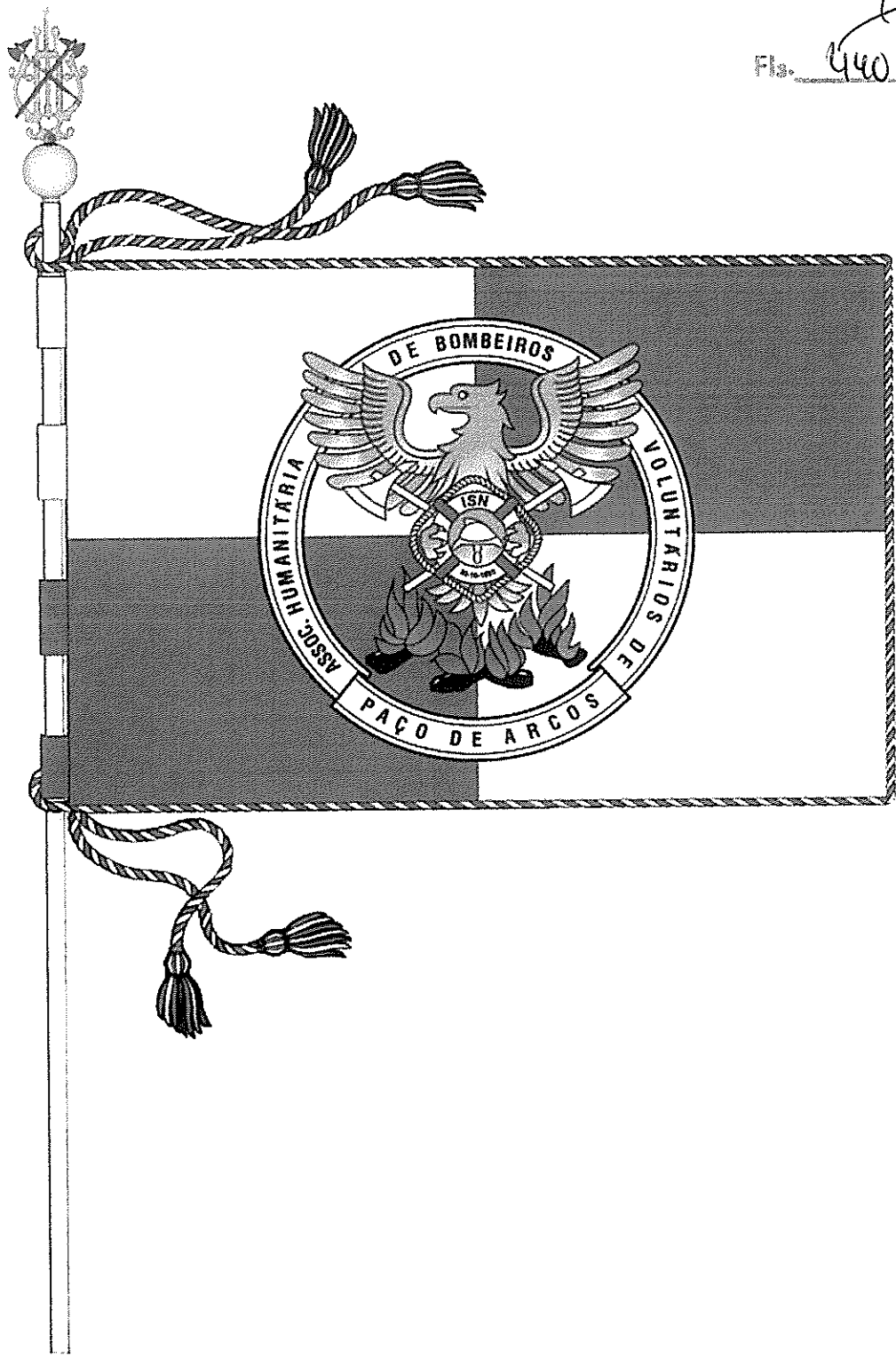
Luís de Rosário Bernardino Antunes

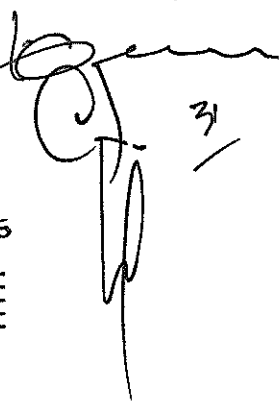
Fl. 439 *[Handwritten signature]*
[Handwritten initials] 25

ANEXO I - EMBLEMA



Fls. 440 *[Handwritten signature]*
[Handwritten initials] 30

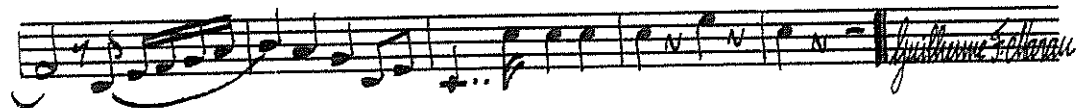




ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE PAÇO DE ARCOS



HINO



EXECUTADO PELA PRIMEIRA VEZ, COMO HINO DO GRÊMIO RECREIO FAMILIAR, EM 1883. JUL. 7.
ADOPTADO COMO HINO OFICIAL DA ASSOCIAÇÃO EM 1993. MAR. 31

31

